

## **A Polícia Militar do Pará e a segurança pública comunitária: uma análise bibliográfica sobre estratégias de aproximação social**

The Military Police of Pará and community public security: a bibliographic analysis of social outreach strategies

Miguel Moura do Nascimento<sup>1</sup>

Nayara Ferreira dos Anjos Nascimento<sup>2</sup>

Eronias Gomes Leal Filho<sup>3</sup>

Rômulo Santos Silva<sup>4</sup>

**RESUMO:** Esta investigação examina as diretrizes de engajamento social implementadas pela Polícia Militar do Pará sob a ótica da segurança pública de base comunitária. O ponto de partida deste trabalho é a premissa de que a escalada da violência urbana e a crescente percepção de vulnerabilidade social impõem medidas preventivas e um alinhamento estreito entre a corporação e a população. Desse modo, o propósito central reside em avaliar, mediante levantamento teórico, as práticas de policiamento de proximidade adotadas pelo órgão para mitigar a criminalidade e estimular a mobilização popular. Metodologicamente, caracteriza-se como um estudo bibliográfico de cunho qualitativo, descritivo e exploratório, ancorado no exame de tratados, artigos científicos, normativas vigentes e relatórios institucionais. A fundamentação teórica abrange conceitos de segurança, cooperação civil, credibilidade mútua e controle de delitos, evidenciando iniciativas da instituição paraense como projetos pedagógicos, palestras, patrulhamento escolar, rondas nos bairros e ações sociais. Os achados indicam que o estreitamento de laços entre polícia e sociedade consolida a confiança mútua, fomenta o protagonismo comunitário e concorre para a consolidação de um modelo de proteção mais humanizado. Conclui-se, portanto, que a atuação comunitária configura um mecanismo indispensável para a salvaguarda da harmonia social, o exercício da cidadania e a consolidação do vínculo entre a corporação e os cidadãos.

**Palavras-chave:** Segurança Pública Comunitária. Polícia Militar do Pará. Policiamento Comunitário. Aproximação Social. Prevenção da Violência.

**ABSTRACT:** This research examines the social engagement guidelines implemented by the Military Police of Pará from the perspective of community-based public security. The starting point of this work is the premise that the escalation of urban violence and the growing perception of social vulnerability necessitate preventive measures and a close alignment between the police force and the population. Thus, the central purpose

---

<sup>1</sup>Polícia Militar do Estado do Pará.

<sup>2</sup>Polícia Militar do Estado do Pará.

<sup>3</sup>Polícia Militar do Estado do Pará.

<sup>4</sup>Polícia Militar do Estado do Pará.

is to evaluate, through a theoretical survey, the community policing practices adopted by the agency to mitigate crime and stimulate popular mobilization. Methodologically, it is characterized as a qualitative, descriptive, and exploratory bibliographic study, anchored in the examination of treatises, scientific articles, current regulations, and institutional reports. The theoretical framework encompasses concepts of security, civil cooperation, mutual credibility, and crime control, highlighting initiatives of the Pará institution such as educational projects, lectures, school patrols, neighborhood patrols, and social actions. The findings indicate that closer ties between the police and the community strengthen mutual trust, foster community engagement, and contribute to the consolidation of a more humanized protection model. It is concluded, therefore, that Community policing is an indispensable mechanism for safeguarding social harmony, exercising citizenship, and strengthening the bond between the police force and citizens.

**Keywords:** Community Public Security. Military Police of Pará. Community Policing. Social Engagement. Violence Prevention.

## 1 INTRODUÇÃO

A salvaguarda da ordem pública figura como um dos óbices mais prementes no Brasil contemporâneo, reflexo direto da escalada da delinquência urbana e do temor coletivo que assola diversas localidades. Frente a essa conjuntura, as forças de segurança reconfiguraram suas diretrizes operacionais, transcendendo o mero caráter punitivo-repressivo. Passou-se a priorizar expedientes preventivos e de engajamento social, com o escopo de consolidar laços de credibilidade mútua, fomentar o protagonismo comunitário e solidificar o exercício da cidadania.

A ascensão das taxas de criminalidade cidadina nas décadas recentes exacerbou a inquietação social concernente à integridade física e ao bem-estar coletivo. Manifestações delitivas como o narcotráfico, a delinquência infanto-juvenil, os dissídios civis e a hostilidade nos logradouros degradam severamente as condições de vida no país, a demandar a formulação de diretrizes governamentais de maior resolutividade e caráter humanitário. Conforme preconiza Luiz Eduardo Soares, a preservação da ordem pública deve ser concebida como prerrogativa essencial da cidadania e corolário da dignidade da pessoa humana, extrapolando o mero aparato coercitivo estatal.

Sob essa ótica, mostra-se imperioso o fomento a medidas profiláticas aptas a mitigar a criminalidade e a estreitar os canais de interlocução entre as corporações e a população. Nesse panorama, a doutrina do policiamento comunitário desponta como instrumento fulcral, alicerçada em metodologias pedagógicas, preventivas e

colaborativas.

De acordo com a perspectiva de Jacqueline Muniz, essa integração comunitária constitui vetor indispensável para a edificação de uma convivência democrática entre os órgãos de segurança e o corpo social, o que propicia o incremento da legitimidade institucional e a coparticipação dos cidadãos.

No território paraense, a Polícia Militar do Pará tem implementado ações vocacionadas à tutela da ordem local, viabilizadas por intermédio de programas assistenciais, ciclos de palestras, patrulhamento escolar, rondas de proximidade e intervenções profiláticas em bairros e educandários. Tais expedientes visam robustecer o engajamento civil e elevar o nível de confiabilidade depositado nas forças de segurança, evidenciando que a convergência de esforços entre a corporação e a sociedade constitui fator determinante para a mitigação de condutas delituosas.

Inserido nesse quadro, este trabalho estabelece como questionamento central investigar o papel desempenhado pela Polícia Militar do Pará na consolidação da segurança pública de base comunitária, mediante o emprego de mecanismos de integração social. Formula-se a premissa de que o estreitamento desses vínculos institucionais potencializa a eficácia das condutas dissuasórias, consolida a respeitabilidade pública e arrefece o sentimento difuso de vulnerabilidade social.

Nessa esteira, o escopo geral deste estudo consiste em examinar, sob a metodologia da revisão de literatura, as táticas de inserção comunitária adotadas pela referida instituição militar no âmbito da segurança participativa. No tocante aos propósitos específicos, tenciona-se debater o constructo teórico da segurança comunitária, mapear os modelos operacionais vigentes, avaliar os projetos socioeducativos implementados pela instituição e mensurar os reflexos dessa sinergia na esfera civil.

A delimitação deste objeto de estudo legitima-se pela relevância social que a segurança de proximidade assume frente aos percalços derivados do recrudescimento da delinquência urbana e da constante apreensão que aflige a coletividade nacional. A aliança entre o aparato policial e a comunidade consolida-se como ferramenta estratégica para robustecer a prevenção primária e descentralizar o enfrentamento ao crime.

Sob o prisma acadêmico, esta investigação fomenta o debate científico acerca do

policciamento comunitário, da ordem pública e da dissuasão da violência, evidenciando o mérito das iniciativas de caráter preventivo promovidas pelas instituições de segurança.

A pesquisa reveste-se, ademais, de incontestável relevância institucional e social ao ratificar a preeminência de se estreitarem os laços entre a corporação militar e a sociedade civil, prestigiando condutas pautadas na interlocução, nos preceitos de cidadania e na dignidade humana. Almeja-se, por conseguinte, subsidiar reflexões direcionadas à estruturação de uma segurança pública de índole humanista, democrática e cooperativa, apta a assegurar a harmonia social e o revigoração da convivência comunitária.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Segurança Pública no Brasil**

A salvaguarda da ordem pública no Brasil configura-se como um dos óbices mais complexos enfrentados pelo Estado contemporâneo, reflexo do recrudescimento da violência, do crime organizado e das disparidades socioeconômicas urbanas. A Carta Magna de 1988 preconiza, em seu artigo 144, que a segurança pública representa um dever estatal, bem como direito e responsabilidade de todos, destinada a resguardar a ordem pública e a integridade patrimonial e pessoal. Sob esse prisma, a atuação dos aparatos policiais revela-se imprescindível para assegurar a harmonia social e a cidadania.

Conforme assevera Luiz Eduardo Soares, a segurança pública transcende a mera repressão criminal, devendo constituir um arcabouço de políticas voltadas à garantia dos direitos fundamentais e à convivência democrática. Para o autor, o paradigma tradicional pautado unicamente no policiamento repressivo revelou-se ineficaz perante as complexas mutações da violência urbana no cenário nacional.

Na perspectiva de Jacqueline Muniz, a gestão da segurança pública requer ações preventivas, pedagógicas e comunitárias aptas a estreitar os laços entre as corporações e a sociedade. A pesquisadora ressalta que o policiamento de proximidade desponta como um instrumento estratégico para consolidar a confiança mútua e mitigar conflitos locais.

Os entraves que alimentam a criminalidade urbana decorrem de vulnerabilidades

estruturais, econômicas e sociais, tais como a exclusão, a assimetria de renda, o narcotráfico, o crescimento urbano desordenado e a debilidade das políticas governamentais. Sob a ótica de Luís Flávio Saporì, a escalada delituosa das últimas décadas demanda estratégias sinérgicas entre Estado e sociedade, congregando prevenção social, inteligência policial e engajamento comunitário.

Diante de tal conjuntura, as diretrizes de segurança pública passaram a incorporar metodologias focadas na prevenção e na integração social. A instituição do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), pela Lei nº 13.675/2018, objetivou unificar as ações dos órgãos de segurança e robustecer as políticas preventivas em âmbito nacional. Paralelamente, projetos de policiamento comunitário têm sido implementados em diversas unidades federativas, a exemplo do Pará, visando intensificar a interlocução entre a polícia e a população.

Segundo Renato Sérgio de Lima, a viabilização de um modelo de segurança pública dotado de efetividade pressupõe a mútua cooperação entre instituições policiais, esferas governamentais e sociedade civil, valorizando práticas democráticas e condutas preventivas capazes de mitigar a criminalidade e robustecer o exercício da cidadania.

## **2.2 Polícia Comunitária e Aproximação Social**

A gênese do policiamento comunitário reside na reformulação das metodologias convencionais de segurança pública, elegendo como vetor primordial a integração entre as forças policiais e a sociedade civil. No cenário brasileiro, essa diretriz angariou relevância sobretudo no decurso dos anos 1990, impulsionada por diretrizes globais de sucesso e pela urgência no desenvolvimento de mecanismos preventivos contra a criminalidade urbana. Em contraposição ao paradigma estritamente belicoso e repressivo, tal vertente empenha-se em consolidar vínculos de fidedignidade, interlocução e mútua colaboração entre os agentes públicos e os cidadãos.

Sob a ótica de Luiz Eduardo Soares, essa modalidade configura uma autêntica ruptura paradigmática na esfera da segurança, visto que estende as atribuições corporativas para além da mera repressão delitiva, englobando o planejamento profilático e o engajamento cívico. Na concepção do especialista, esse estreitamento de laços sociais chancela a respeitabilidade das corporações, atuando como alicerce para a

consolidação de uma coexistência pacífica.

Os alicerces doutrinários dessa filosofia assentam-se na mobilização popular, no controle antecipado da criminalidade, na mediação consensual de litígios e na mútua cooperação interinstitucional. Conforme assevera Jacqueline Muniz, esse arranjo operacional privilegia o intercâmbio comunicativo ininterrupto com a vizinhança, viabilizando o acolhimento das reivindicações locais sob uma perspectiva empática e personalizada.

Nesse contexto, o protagonismo social revela-se imprescindível, dado que o corpo social abdica de uma postura meramente passiva diante do aparato policial e assume a co-responsabilidade no diagnóstico de vulnerabilidades e no desenho de soluções compartilhadas. Sob o prisma de Renato Sérgio de Lima, essa sinergia entre os indivíduos e os agentes estatais robustece o exercício da cidadania, potencializando a eficácia das intervenções protetivas.

Ademais, cumpre destacar a centralidade do vetor preventivo. A vertente comunitária opera substancialmente na dissuasão de ilícitos por intermédio de programas pedagógicos, iniciativas de cunho social, visitas domiciliares sistemáticas, colóquios e constante monitoramento das urgências locais. De acordo com os ensinamentos de Alba Zaluar, políticas públicas de prevenção e frentes sociais erguidas de forma concertada com os cidadãos mitigam as circunstâncias de risco social propensas a alimentar a delinquência e as hostilidades no meio urbano.

Em suma, o policiamento comunitário ratifica-se como um instrumento fulcral na edificação de um canal de diálogo recíproco entre as forças de ordem e a coletividade, revigorando os preceitos democráticos, mitigadores e inclusivos que devem balizar a arquitetura da segurança pública nacional.

### **2.3 A Polícia Militar do Pará e as Estratégias Comunitárias**

Com o intuito de consolidar a segurança pública de base comunitária, a Polícia Militar do Pará vem implementando medidas pautadas pela aproximação social, mitigação da violência e engajamento civil. Tais diretrizes visam estreitar os canais de interlocução entre a corporação e os cidadãos, viabilizando atividades de cunho pedagógico, preventivo e de fomento à cidadania em diversas localidades do território

paraense.

No cerne das ações comunitárias da corporação, destacam-se os projetos sociais em escolas e bairros, focados na prevenção da violência e no combate às drogas. Sob essa perspectiva, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência exerce papel profilático crucial junto aos estudantes da educação básica. Ao promover palestras e orientações sobre cidadania, a iniciativa estreita os laços entre polícia, escola e família.

O escopo pedagógico da corporação abrange, outrossim, campanhas de sensibilização, práticas esportivas integradoras, debates e conferências em ambientes acadêmicos. Essas intervenções cooperam diretamente para refrear atos violentos e consolidar a credibilidade dos órgãos de preservação da ordem pública perante a sociedade civil.

A vigilância e a interlocução no ambiente escolar constituem outro pilar estratégico da PMPA. A atuação policial nas escolas busca assegurar a integridade do espaço de ensino, dirimir conflitos e orientar a comunidade escolar. Conforme teoriza Luiz Eduardo Soares, a sinergia entre escola e polícia potencializa medidas preventivas e estende a rede de proteção social.

Paralelamente, o patrulhamento comunitário desempenha papel preponderante ao alinhar a atuação dos agentes às reais necessidades locais, proporcionando um diagnóstico preciso das particularidades de cada região. Sob a égide desse policiamento de proximidade, a corporação aperfeiçoa o entendimento mútuo com residentes, lideranças locais e órgãos representativos.

Destaca-se também a mediação de conflitos como instrumento voltado ao equacionamento pacífico de atritos interpessoais e tensões sociais. Como observa Jacqueline Muniz, a adoção de canais de conciliação sedimenta a cultura preventiva, mitigando a demanda por medidas de natureza estritamente impositiva ou repressora.

Ademais, a PMPA descentraliza sua atuação por intermédio de visitas institucionais, suporte a eventos regionais e engajamento em mobilizações educativas. Tais condutas são vitais para edificar uma relação de mútua confiança entre a força de segurança e a população, o que otimiza a cooperação comunitária e a inibição de delitos.

Por conseguinte, as diretrizes de proximidade adotadas pela Polícia Militar do Pará evidenciam que a prevenção e o diálogo social constituem pilares indispensáveis

para a consolidação dos direitos civis, a preservação da harmonia coletiva e a consagração de uma cultura pacífica no território paraense.

## **2.4 Relação entre Polícia e Sociedade**

A interação entre as forças de segurança e a coletividade representa um pilar indispensável à consolidação de uma ordem pública democrática e ao desenvolvimento de territórios pacificados. Sob essa ótica, uma práxis policial orientada pelo diálogo recíproco, pela observância dos direitos fundamentais e pelo engajamento comunitário estreita os laços de cooperação mútua, gerando um incremento na credibilidade civil e mitigando, por conseguinte, os índices delituosos.

A credibilidade pública configura o alicerce primordial do policiamento de proximidade, haja vista seu impacto direto na sinergia entre os cidadãos e os aparatos de segurança. Na perspectiva de Luiz Eduardo Soares, a respeitabilidade conferida pela sociedade às corporações policiais decorre substancialmente das interações cotidianas, as quais devem primar pela retidão ética, cortesia e salvaguarda da integridade humana. Ao identificar a instituição policial como uma aliada estratégica, a população tende a se engajar ativamente em iniciativas de caráter preventivo, otimizando o combate conjunto à criminalidade.

Diante desse panorama, a legitimação das forças de ordem revela-se basilar para o robustecimento de sua própria autoridade. Como bem assevera Jacqueline Muniz, a validação da conduta policial transcende a mera estrita legalidade, vinculando-se de forma intrínseca ao modo de aplicação do poder coercitivo no meio social. Um desempenho caracterizado pela transparência administrativa, pelo viés preventivo e pela proximidade com os indivíduos corrobora a percepção coletiva da polícia como uma guardiã legítima das garantias civis e da harmonia social.

A dissuasão prévia de infrações penais constitui outra dimensão crucial na interface entre segurança e cidadãos. A filosofia de policiamento comunitário prioriza a antecipação aos fatos delituosos, mapeando cenários de vulnerabilidade socioeconômica e estimulando projetos pedagógicos de integração social. Sob o prisma de Renato Sérgio de Lima, os métodos profiláticos construídos em consonância com a comunidade alcançam um grau de resolutividade superior àquele obtido por medidas estritamente

punitivas, uma vez que estimulam o protagonismo civil e minimizam as vulnerabilidades geradoras da delinquência.

Ademais, os liames que unem o aparelho estatal à sociedade civil demandam amparo irrestrito nos preceitos da cidadania e das prerrogativas fundamentais. A Carta Magna de 1988 preconiza a segurança pública como um direito coletivo e uma obrigação estatal indissociável, impondo que a intervenção policial zeze prioritariamente pela preservação da vida e pela observância dos mandamentos constitucionais. De acordo com Alba Zaluar, diretrizes de segurança balizadas pelos direitos humanos são determinantes para mitigar abusos institucionais e consolidar uma interlocução marcadamente democrática entre o governo e a população.

Em suma, o estreitamento da convivência entre a polícia e a comunidade consolida a confiança mútua, referenda a autoridade dos órgãos de segurança e fomenta o combate preventivo ao crime. Esse alinhamento viabiliza a execução de uma política de segurança pública humanitária, pautada rigorosamente no respeito à cidadania e às garantias fundamentais de todos os indivíduos.

### **3 METODOLOGIA**

Este estudo configura-se como uma pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo exploratório e abordagem qualitativa. O propósito central reside em analisar as táticas de integração social implementadas pela Polícia Militar do Pará no âmbito da segurança pública de base comunitária.

O levantamento bibliográfico realizou-se mediante o exame e a exegese de publicações correlatas, favorecendo a apreensão de conceitos sobre segurança pública, policiamento comunitário, mitigação da violência e a interface polícia-sociedade. Segundo Antônio Carlos Gil, essa modalidade investigativa faculta ao pesquisador ampliar o saber sobre o objeto de estudo ancorado em referenciais teóricos preexistentes.

A opção qualitativa justifica-se por propiciar uma análise interpretativa dos fenômenos sociais que permeiam a práxis da polícia comunitária e suas táticas de aproximação. Conforme assevera Maria Cecília de Souza Minayo, a pesquisa qualitativa empenha-se em compreender significados, dinâmicas relacionais e condutas humanas inseridas em determinada realidade social.

No tocante aos escopos, o trabalho assume viés descritivo e exploratório. Descritivo ao delinear os atributos das ações comunitárias desenvolvidas pela Polícia Militar do Pará, e exploratório por fomentar maior familiaridade com o tema, estimulando discussões correlatas à segurança comunitária.

O acervo de fontes abrangeu livros, periódicos científicos, diplomas legais, teses e relatórios institucionais voltados à segurança pública e ao policiamento de proximidade. Recorreu-se também a normativas oficiais da Polícia Militar do Pará, em especial aquelas direcionadas a ações preventivas, programas sociais e projetos de inserção comunitária.

O arcabouço teórico estruturou-se a partir das contribuições de autores como Luiz Eduardo Soares, Jacqueline Muniz, Renato Sérgio de Lima, Alba Zaluar e Antônio Carlos Gil, cujas produções foram fundamentais para a elucidação do objeto sob análise.

Desse modo, o percurso metodológico adotado permitiu reunir subsídios relevantes para avaliar a importância das táticas de aproximação social promovidas pela Polícia Militar do Pará na consolidação da segurança participativa e na prevenção da violência.

## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **4.1 Estratégias de aproximação social da PMPA**

A partir do exame do referencial teórico e documental consultado, depreende-se o empenho da Polícia Militar do Pará em consolidar a segurança pública de base comunitária. Essa atuação viabiliza-se por intermédio de diretrizes de integração social destinadas a coibir a criminalidade e a estreitar os canais de interlocução com a sociedade civil.

Dentre as principais atividades implementadas, sobressaem-se as ações de cunho profilático desenvolvidas em ambientes escolares e bairros populares, com ênfase na realização de colóquios instrutivos, campanhas informativas e projetos de assistência social. Tais medidas visam instruir o cidadão acerca de temáticas cruciais, a exemplo da cidadania, do combate aos entorpecentes e da harmonia coletiva, fomentando, desse modo, uma cultura pacífica.

Os colóquios pedagógicos promovidos pela corporação exercem uma relevante função inibidora de delitos, notadamente no ambiente escolar. Nessas oportunidades, os agentes de segurança debatem com discentes, docentes e núcleos familiares sobre vulnerabilidades sociais latentes, tais como o assédio moral, a toxicomania e a delinquência infanto-juvenil. Conforme preleciona Luiz Eduardo Soares, intervenções educativas oriundas de órgãos de segurança consolidam a credibilidade institucional e potencializam o engajamento social na mitigação da violência.

Ademais, as incursões de proximidade territorial constituem um valioso instrumento de inserção comunitária. Por meio dessas visitas, a força policial estabelece contato direto com residentes, representantes locais e lideranças de bairro, o que possibilita mapear as demandas locais e diagnosticar vulnerabilidades que comprometem a ordem pública. Alinhada a essa perspectiva, Jacqueline Muniz defende que a atividade policial voltada à comunidade deve fundamentar-se no intercâmbio constante e recíproco entre a instituição e os cidadãos.

Cumprе salientar igualmente a relevância dos projetos didáticos corporativos, com especial destaque para o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, voltado a coibir o consumo de substâncias ilícitas e a estimular valores éticos em discentes da educação básica. Essa iniciativa consolida a tríade constituída por polícia, escola e família, atuando de forma decisiva na formação cidadã do corpo discente.

Por fim, o policiamento de aproximação consolida-se como um mecanismo essencial para capilarizar a atuação preventiva estatal nas diversas localidades. Esse paradigma operacional otimiza a interlocução direta entre os profissionais de segurança e os moradores, propiciando um diagnóstico fidedigno das particularidades de cada região e solidificando os laços de mútua confiança.

#### **4.2 Impactos das ações comunitárias**

O exame da produção bibliográfica demonstra que as iniciativas de caráter comunitário promovidas pela Polícia Militar do Pará geram reflexos expressivos na relação recíproca entre a corporação e a sociedade, sobretudo na consolidação da credibilidade pública e na preservação da segurança coletiva.

Como principal resultado, destaca-se o revigoramento da confiança social. A aproximação entre o corpo policial e os cidadãos atenua o distanciamento histórico que afasta a sociedade das instituições de segurança pública. Conforme postula Renato Sérgio de Lima, esse elo de confiança é pressuposto básico para a estruturação de políticas de segurança mais eficazes e democráticas.

Ademais, constata-se a mitigação de conflitos sociais em territórios beneficiados por intervenções de cunho preventivo e educativo. A mediação de controvérsias, o estímulo ao diálogo e a presença policial constante no cotidiano comunitário viabilizam soluções pacíficas para as demandas diárias, reduzindo episódios de violência e hostilidade.

A elevação na percepção de segurança desponta igualmente como efeito primordial de tais práticas. A atuação preventiva em instituições de ensino, bairros e eventos locais amplia o sentimento de proteção entre os moradores. Como assevera Alba Zaluar, ações preventivas de base comunitária estimulam o vínculo de pertencimento social, favorecendo a edificação de ambientes pacificados.

Por derradeiro, nota-se uma maior mobilização civil no tocante à ordem pública. A população passa a colaborar ativamente mediante denúncias, compartilhamento de dados e projetos sociais, estreitando a cooperação mútua. Esse envolvimento cidadão assegura que o planejamento estratégico de segurança corresponda, de modo preciso, às demandas locais específicas.

### **4.3 Desafios enfrentados**

Embora se verifiquem progressos nas diretrizes de engajamento social, o estudo evidenciou óbices que obstam a consolidação integral da segurança pública comunitária promovida pela Polícia Militar do Pará.

Dentre os maiores entraves, destaca-se a escassez de recursos estruturais e materiais voltados às práticas preventivas. Frequentemente, limitações no efetivo de pessoal, no aparato técnico e nos investimentos financeiros prejudicam a expansão dos projetos sociais e do policiamento comunitário.

A violência urbana também impõe severos desafios às corporações. A escalada criminal, o narcotráfico e as assimetrias socioeconômicas limitam a atuação preventiva

da polícia, sobretudo em territórios vulneráveis. Conforme pontua Luís Flávio Sapori, o combate a essa problemática requer políticas intersetoriais que conjuguem segurança, educação, amparo social e engajamento civil.

Detectou-se, outrossim, uma resistência comunitária em certos contextos, fruto de relações históricas marcadas pela desconfiança mútua entre cidadãos e órgãos de segurança. Em algumas localidades, o receio em relação a essas instituições ainda embarga o estreitamento das práticas de policiamento de proximidade.

Cumprе ressaltar, de igual modo, a premência da capacitação contínua dos profissionais da área. A atuação em projetos sociais exige preparo técnico e humanístico voltado à interlocução, à resolução de conflitos e aos direitos humanos. Para Jacqueline Muniz, a instrução policial deve alinhar-se às demandas contemporâneas e aos preceitos democráticos.

Concluiu-se que, malgrado os óbices estruturais e sociais, as táticas de aproximação comunitária implementadas pela Polícia Militar do Pará oferecem valioso subsídio para a consolidação da cidadania, a mitigação da violência e a estruturação de uma segurança pública mais humanizada e participativa.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo propôs-se a examinar, mediante revisão de literatura, as táticas de engajamento social implementadas pela Polícia Militar do Pará no âmbito da segurança pública comunitária. Ao longo da investigação, buscou-se aquilatar a relevância do policiamento de proximidade enquanto mecanismo vetor de mitigação da criminalidade, fomento dos direitos civis e estreitamento dos vínculos entre a corporação e a coletividade.

Os achados evidenciaram que a preservação da ordem pública prescinde da exclusividade de medidas de cunho puramente coercitivo, demandando a incorporação de diretrizes de caráter preventivo, pedagógico e integrativo. Constatou-se que o paradigma da polícia comunitária atua decisivamente na consolidação de laços de credibilidade mútua entre os cidadãos e as forças de segurança, potencializando a sinergia social no combate ao flagelo da violência urbana.

Identificou-se, outrossim, que a Polícia Militar do Pará executa intervenções de

relevo voltadas à proteção local, materializadas em projetos sociais, vigilância escolar, patrulhas de vizinhança, resolução pacífica de controvérsias e ações formativas nas periferias. Programas de destaque, a exemplo do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, atestam o compromisso institucional com uma atuação proativa e dialógica, direcionada prioritariamente ao ambiente acadêmico e a segmentos sociais sob maior vulnerabilidade.

Sob essa ótica, este trabalho reitera o valor estratégico da segurança comunitária como catalisadora da mobilização popular, da emancipação social e da legitimação das instituições policiais perante a opinião pública. O estreitamento dessa relação interinstitucional estimula a interlocução contínua, arrefece tensões e concorre para a estruturação de territórios pacificados e regidos pelos preceitos democráticos.

Paralelamente, delineou-se a urgência de robustecer as políticas governamentais de teor preventivo, o que requer o aporte de recursos na qualificação técnica dos quadros, em programas assistenciais, em instrução cidadã e na articulação entre o aparato estatal e os corpos sociais. Afinal, a resolutividade das ações de segurança pública transcende a esfera policial, condicionando-se ao esforço coordenado entre entidades estatais, núcleos escolares, células familiares e a sociedade civil organizada.

Em suma, depreende-se que a vinculação comunitária constitui preceito basilar para o êxito das políticas públicas de preservação da ordem. Ao erigir a conversação, a antecipação de delitos e a salvaguarda dos direitos fundamentais como pilares operacionais, o policiamento humanizado consolida-se como vetor indispensável na edificação da harmonia social, do exercício da cidadania e do convívio democrático tanto nas comunidades paraenses quanto no cenário nacional.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jun. 2018.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Renato Sérgio de. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MUNIZ, Jacqueline. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

SAPORI, Luís Flávio. *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo. *Segurança tem saída*. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

ZALUAR, Alba. *Violência e crime*. São Paulo: Editora 34, 1999.